

Administração, Empreendedorismo e Inovação 3

Clayton Robson Moreira da Silva
(Organizador)



Atena
Editora

Ano 2019

Clayton Robson Moreira da Silva
(Organizador)

Administração, Empreendedorismo e Inovação 3

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação e Edição de Arte: Natália Sandrini e Lorena Prestes

Revisão: Os autores

Conselho Editorial

- Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Profª Drª Juliane Sant’Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

A238 Administração, empreendedorismo e inovação 3 [recurso eletrônico] /
Organizador Clayton Robson Moreira da Silva. – Ponta Grossa
(PR): Atena Editora, 2019. – (Administração, Empreendedorismo
e Inovação; v. 3)

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-7247-316-3

DOI 10.22533/at.ed.163190805

1. Administração. 2. Empreendedorismo. 3. Inovações
tecnológicas. I. Silva, Clayton Robson Moreira da. II. Série.

CDD 658.421

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de
responsabilidade exclusiva dos autores.

2019

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos
autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

www.atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

A obra “Administração, Empreendedorismo e Inovação” compreende uma série com três volumes de livros, publicados pela Atena Editora, os quais abordam diversas temáticas inerentes ao campo da administração. Este terceiro volume é composto por vinte e um capítulos desenvolvidos por pesquisadores renomados e com sólida trajetória na área.

Dessa forma, esta obra é dedicada àqueles que desejam ampliar seus conhecimentos e percepções sobre Administração, Empreendedorismo e Inovação, por meio de um arcabouço teórico especializado. Ainda, ressalta-se que este livro agrega ao campo da Administração, Empreendedorismo e Inovação à medida em que reúne um material rico e diversificado, proporcionando a ampliação do debate sobre os temas e conduzindo gestores, empreendedores, técnicos e pesquisadores ao delineamento de novas estratégias de gestão. A seguir, apresento os estudos que compõem os capítulos deste volume, juntamente com seus respectivos objetivos.

O primeiro capítulo é intitulado “*Accountability* e Transparência: análise das metas do CNJ” e faz uma análise das metas de gestão estratégica estabelecidas pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) entre os anos de 2009 e 2014 e demonstra a ausência de instrumentos de controle do tipo *accountability* e transparência. O segundo capítulo tem como título “Administração Pública e a Gestão pela Qualidade: uso da escala SERVQUAL” e objetivou analisar a qualidade dos serviços prestados pelos servidores técnico-administrativos aos discentes do Centro de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal da Paraíba (CCSA/UFPB). O terceiro capítulo, intitulado “Clima Organizacional: avaliação de satisfação dos servidores públicos municipais em um órgão do Município de Ponta Porã – MS”, teve como objetivo avaliar a satisfação dos servidores públicos municipais de um órgão na cidade de Ponta Porã – MS.

O quarto capítulo, intitulado “Desenvolvimento de Bem-Estar no Trabalho e Proatividade como Estratégia de Prevenção de Intenção de Rotatividade entre Docentes de Rede Pública de Ensino”, objetivou analisar o impacto de bem-estar no trabalho e proatividade na intenção de rotatividade. O quinto capítulo, intitulado “Escala de Valores Organizacionais como Ferramenta para a Evolução da Cultura no Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia”, buscou estudar os valores organizacionais no Poder Judiciário do Estado de Rondônia como forma de auxiliar no desenvolvimento de novas estratégias para a resolução dos problemas e satisfação das necessidades da organização. O sexto capítulo tem como título “Evidências do Padrão Lampedusa na Política de Ciência e Tecnologia no Estado do Tocantins” e objetivou analisar a influência da administração pública patrimonial sobre a gestão da Política de Ciência e Tecnologia no Estado do Tocantins.

O sétimo capítulo é intitulado “Gestão de Custos no Setor Público: um estudo em um restaurante universitário” e objetivou analisar como a gestão de custos pode contribuir para o processo decisório sobre a melhor aplicação dos recursos

em um restaurante universitário, analisando os possíveis ganhos e a aplicabilidade do sistema de custeio baseado em atividades (ABC). O oitavo capítulo tem como título “Gestão Estratégica em Âmbito Público: proposta de planejamento para polo em EaD” e objetivou propor um plano de ação para o polo de apoio presencial de Mari – PB. O nono capítulo, intitulado “Inovação e Governança na Gestão Pública: reflexões sobre um processo adotado na Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul”, objetivou descrever e refletir um tipo de inovação na gestão pública, mais especificamente aplicada ao Poder Legislativo do Estado do Rio Grande do Sul.

O décimo capítulo é intitulado “Gestão e Avaliação de Desempenho: um estudo de caso” e objetivou analisar as possibilidades e limitações do Manual de Orientação de Gestão de Desempenho da SEGEP. O décimo primeiro capítulo tem como título “Análise de Viabilidade Técnica e Econômica de Sistema Fotovoltaico em uma Residência na Região Norte do Ceará” e objetivou avaliar tecnicamente e economicamente a utilização de energia solar fotovoltaica em uma residência conectada à rede elétrica em Reriutaba, Ceará. O décimo segundo capítulo, intitulado “Recuperação de Cobre de Placas de Circuito Impresso por meio da Lixiviação Ácida”, teve como objetivo realizar a recuperação do metal, oriundo de placas de circuito impresso, visto a grande porcentagem do metal nesses materiais, de mesmo modo tratar uma medida para a redução de lixo eletrônico gerado pela sociedade atual, detendo o foco de sustentabilidade.

O décimo terceiro capítulo tem como título “Desenvolvimento Sustentável no Semiárido: a experiência da Cooperativa Agropecuária Familiar de Curaçá, Uauá e Canudos – COOPERCUC” e buscou descrever o contexto de desenvolvimento sustentável da COOPERCUC, tendo como objeto de estudo o impacto social transformador da cooperativa e a sua convivência com o semiárido. O décimo quarto capítulo é intitulado “Modelagem do Quadro Conceitual de ACV-Social para a Logística Reversa do Setor de Resíduo de Equipamento Eletroeletrônico no Município do Rio de Janeiro” e teve como objetivo realizar a modelagem de um quadro conceitual que define as partes interessadas, categorias de impacto, subcategorias de impacto e indicadores na perspectiva da avaliação social do ciclo de vida utilizando-se, como objeto de pesquisa, a logística reversa de REEE (Resíduo de Equipamento Eletroeletrônico) no Município do Rio de Janeiro. O décimo quinto capítulo é intitulado “Verificação do Potencial de Utilização dos Resíduos Orgânicos Provenientes do Restaurante Acadêmico para Vermicompostagem” e tem como objetivo utilizar o Restaurante acadêmico do IFCE, Campus Maracanaú, como fonte de resíduos orgânicos e com o intuito da redução do volume de resíduos gerados e descartados, uma vez que em lixos urbanos possuem a maior fração.

O décimo sexto capítulo tem como título “Uso de Ferramentas da ACV No Comércio Internacional: estudo de caso sobre rotulagem ambiental” e objetivou avaliar se a rotulagem ambiental, baseada em ACV, contribui para o aumento da competitividade de produtos nacionais em mercados globais. O décimo sétimo capítulo é intitulado

“Avaliação de Interações em Jogos de Guerra por Lógica Fuzzy” e objetivou aplicar a Lógica Fuzzy no apoio a Jogos de Guerra. O décimo oitavo capítulo tem como título “Adaptação Transcultural na Validação da *Survey* UTAUT2 para o Brasil” e objetivou apresentar o método adaptação transcultural de instrumento de coleta de dados aos estudantes, profissionais e pesquisadores do campo do marketing.

O décimo nono capítulo, intitulado “A Identidade e a Cultura Nacional pela Perspectiva da Corrupção”, teve como objetivo apresentar os principais elementos constituintes do que é tido como identidade nacional. O vigésimo capítulo tem como título “Entre Prescrito e o Real: a organização real do trabalho na intervenção em crises suicidas” e buscou compreender, à luz da Psicodinâmica do Trabalho, a organização real do trabalho na intervenção em crises suicidas. O vigésimo primeiro capítulo é intitulado “Hearing for All” e objetivou desenvolver produtos ligados à área de saúde, por meio do desenvolvimento de uma tecnologia de baixo custo.

Assim, agradecemos aos autores pelo empenho e dedicação que possibilitaram a construção dessa obra de excelência, e esperamos que este livro possa contribuir para a discussão e consolidação de temas relevantes para a área de Administração, Empreendedorismo e Inovação, levando pesquisadores, docentes, gestores, analistas, técnicos, consultores e estudantes à reflexão sobre os assuntos aqui abordados.

Clayton Robson Moreira da Silva

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
ACCOUNTABILTY E TRANSPARÊNCIA: ANÁLISE DAS METAS DO CNJ	
Clerilei Aparecida Bier	
Mariana Pessini Mezzaroba	
Gisiela Klein	
Carlos Roberto de Rolt	
Adrián Sánchez Abraham	
DOI 10.22533/at.ed.1631908051	
CAPÍTULO 2	22
ADMINISTRAÇÃO PUBLICA E A GESTÃO PELA QUALIDADE: USO DA ESCALA SERVQUAL	
Amanda Raquel de França Filgueiras Damorim	
Luciane Albuquerque Sá de Souza	
Luciano de Santana Medeiros	
Eduardo Albuquerque de Sá	
Emanoela Moura Toscano	
Simone Moura Cabral	
Odaelson Clementino da Silva	
Manuelle Cristine Silva	
DOI 10.22533/at.ed.1631908052	
CAPÍTULO 3	41
CLIMA ORGANIZACIONAL: AVALIAÇÃO DE SATISFAÇÃO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS EM UM ÓRGÃO DO MUNICÍPIO DE PONTA PORÃ-MS	
Juliana Gonçalves	
Paulo Sérgio Vasconcelos	
DOI 10.22533/at.ed.1631908053	
CAPÍTULO 4	52
DESENVOLVIMENTO DE BEM-ESTAR NO TRABALHO E PROATIVIDADE COMO ESTRATÉGIA DE PREVENÇÃO DE INTENÇÃO DE ROTATIVIDADE ENTRE DOCENTES DE REDE PÚBLICA DE ENSINO	
Pedro Afonso Cortez	
Heila Magali da Silva Veiga	
DOI 10.22533/at.ed.1631908054	
CAPÍTULO 5	62
ESCALA DE VALORES ORGANIZACIONAIS COMO FERRAMENTA PARA A EVOLUÇÃO DA CULTURA NO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA	
Enilton da Silva Santos	
José Moreira da Silva Neto	
DOI 10.22533/at.ed.1631908055	
CAPÍTULO 6	78
EVIDÊNCIAS DO PADRÃO LAMPEDUSA NA POLÍTICA DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA NO ESTADO DO TOCANTINS	
Jeany Castro dos Santos	
Fernanda Rodrigues da Silva	
Lauro Santos Pinheiro	
Airton Cardoso Cançado	
DOI 10.22533/at.ed.1631908056	

CAPÍTULO 7	90
GESTÃO DE CUSTOS NO SETOR PÚBLICO: UM ESTUDO EM UM RESTAURANTE UNIVERSITÁRIO	
Greiciele Macedo Morais	
Valdeci Ferreira dos Santos	
Mário Teixeira Reis Neto	
DOI 10.22533/at.ed.1631908057	
CAPÍTULO 8	107
GESTÃO ESTRATÉGICA EM ÂMBITO PÚBLICO: PROPOSTA DE PLANEJAMENTO PARA POLO EM EAD	
Amanda Raquel de França Filgueiras Damorim	
Luciane Albuquerque Sá de Souza	
Luciano de Santana Medeiros	
Eduardo Albuquerque de Sá	
Emanoela Moura Toscano	
Simone Moura Cabral	
Odaelson Clementino da Silva	
Manuelle Cristine Silva	
DOI 10.22533/at.ed.1631908058	
CAPÍTULO 9	119
INOVAÇÃO E GOVERNANÇA NA GESTÃO PÚBLICA: REFLEXÕES SOBRE UM PROCESSO ADOTADO NA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL	
Sandro Trescastro Bergue	
Janaina Mendes de Oliveira	
Matheus Boni Barbosa	
DOI 10.22533/at.ed.1631908059	
CAPÍTULO 10	136
GESTÃO E AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO: UM ESTUDO DE CASO	
Leonardo Ferreira Bezerra	
Marcus Brauer	
Luiz Pereira Pinheiro Junior	
Leonel Estevão Finkelsteinas Tractenberg	
DOI 10.22533/at.ed.16319080510	
CAPÍTULO 11	151
ANÁLISE DE VIABILIDADE TÉCNICA E ECONÔMICA DE SISTEMA FOTOVOLTAICO EM UMA RESIDÊNCIA NA REGIÃO NORTE DO CEARÁ	
Victoria Rodrigues Taumaturgo Pontes	
Adson Bezerra Moreira	
Dandara Martins Ferreira	
Flavia Peroza Ruiz	
DOI 10.22533/at.ed.16319080511	
CAPÍTULO 12	160
RECUPERAÇÃO DE COBRE DE PLACAS DE CIRCUITO IMPRESSO POR MEIO DA LIXIVIAÇÃO ÁCIDA	
Camila Iamamoto de Siqueira	
Roberta Martins da Costa Bianchi	
DOI 10.22533/at.ed.16319080512	

CAPÍTULO 13 168

DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NO SEMIÁRIDO: A EXPERIÊNCIA DA COOPERATIVA AGROPECUÁRIA FAMILIAR DE CURAÇÁ, UAUÁ E CANUDOS - COOPERCUC

Luama Soraia Coelho Lins
Bruno Emanuel Correia da Silva
Iuric Pires Martins
Alvany Maria dos Santos Santiago

DOI 10.22533/at.ed.16319080513

CAPÍTULO 14 183

MODELAGEM DO QUADRO CONCEITUAL DE ACV-SOCIAL PARA A LOGÍSTICA REVERSA DO SETOR DE RESÍDUO DE EQUIPAMENTO ELETROELETRÔNICO NO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO

Leonardo Mangia Rodrigues
Thiago da Silva Ferreira

DOI 10.22533/at.ed.16319080514

CAPÍTULO 15 193

VERIFICAÇÃO DO POTENCIAL DE UTILIZAÇÃO DOS RESÍDUOS ORGÂNICOS PROVENIENTES DO RESTAURANTE ACADÊMICO PARA VERMICOMPOSTAGEM

Vitória Natália Barbosa dos Santos
Carine Maria Ferreira Queiroga
Rossana Barros Silveira

DOI 10.22533/at.ed.16319080515

CAPÍTULO 16 199

USO DE FERRAMENTAS DA ACV NO COMÉRCIO INTERNACIONAL. ESTUDO DE CASO SOBRE ROTULAGEM AMBIENTAL

Antônio José Juliani
Thiago Rodrigues

DOI 10.22533/at.ed.16319080516

CAPÍTULO 17 211

AValiação de Interações em Jogos de Guerra por Lógica Fuzzy

Luiz Octávio Gavião
Annibal Parracho Sant'Anna
Gilson Brito Alves Lima
Pauli Adriano de Almada Garcia
Sergio Kostin

DOI 10.22533/at.ed.16319080517

CAPÍTULO 18 229

ADAPTAÇÃO TRANSCULTURAL NA VALIDAÇÃO DA *SURVEY* UTAUT2 PARA O BRASIL

Luiz Henrique Lima Faria
Nádia Kassouf Pizzinatto
Christiano França da Cunha
Antônio Carlos Giuliani
Adriano Dias de Carvalho
Rumenning Abrantes dos Santos
Rafael Buback Teixeira
Renata Sossai Freitas Faria

DOI 10.22533/at.ed.16319080518

CAPÍTULO 19	247
A IDENTIDADE E A CULTURA NACIONAL PELA PERSPECTIVA DA CORRUPÇÃO	
Lucas Coimbra de Araújo	
Cid Gonçalves Filho	
Suzana Braga Rodrigues	
DOI 10.22533/at.ed.16319080519	
CAPÍTULO 20	255
ENTRE PRESCRITO E O REAL: A ORGANIZAÇÃO REAL DO TRABALHO NA INTERVENÇÃO EM CRISES SUICIDAS	
Silvanir Destefani Sartori	
Eloisio Moulin de Souza	
Jeremias Campos Simões	
DOI 10.22533/at.ed.16319080520	
CAPÍTULO 21	270
HEARING FOR ALL	
Isadora Paloma Linhares Ribeiro	
João Marcelo Soares Bahia	
João Gabriel Alves Ribeiro Rosa	
Eduardo Romeiro Filho	
DOI 10.22533/at.ed.16319080521	
SOBRE O ORGANIZADOR	275

DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NO SEMIÁRIDO: A EXPERIÊNCIA DA COOPERATIVA AGROPECUÁRIA FAMILIAR DE CURAÇÁ, UAUÁ E CANUDOS - COOPERCUC

Luama Soraia Coelho Lins

UNIVASF-PPGDDeS/ Petrolina- PE

Bruno Emanuel Correia da Silva

UNIVASF-PPGDDeS/ Petrolina- PE

Iuric Pires Martins

UNIVASF-PPGDDeS/ Petrolina- PE

Alvany Maria dos Santos Santiago

UNIVASF-PPGDDeS/ Petrolina- PE

RESUMO: O presente trabalho tem a finalidade de descrever o contexto de desenvolvimento sustentável da COOPERCUC, tendo como objeto de estudo o impacto social transformador da cooperativa e a sua convivência com o semiárido. Para tanto, utilizou da pesquisa descritiva e exploratória, de caráter qualitativo. Os dados foram coletados em documentos da organização e em visita técnica realizada. A Cooperativa Agropecuária Familiar de Canudos, Uauá e Curaçá (COOPERCUC) convive com o semiárido visando uma produção ecologicamente correta em favor da preservação do bioma caatinga, economicamente viável e socialmente justa e solidária, contribuindo para o desenvolvimento das comunidades, no Território do Sertão do São Francisco, região semiárida da Bahia. Observa-se que a cooperativa tem se desenvolvido de forma positiva e tem beneficiado os agentes envolvidos. As parcerias construídas ao longo

do tempo têm colaborado economicamente, agregando valor aos processos e também fortalecendo a agricultura familiar possibilitando assim, um desenvolvimento sustentável para as regiões atendidas.

PALAVRAS-CHAVE: Desenvolvimento Sustentável, Agricultura familiar e Convivência com o semiárido.

ABSTRACT: The purpose of this paper is to describe COOPERCUC 's sustainable development context, with the purpose of studying the transformative social impact of the cooperative and its coexistence with the semi - arid region. For that, he used descriptive and exploratory research, of a qualitative nature. The data were collected in the organization's documents and in a technical visit. The Cooperativa Agropecuária Familiar de Canudos, Uauá and Curaçá (COOPERCUC) coexists with the semi-arid region aiming at an ecologically correct production in favor of the preservation of the caatinga biome, economically viable and socially just and solidary, contributing to the development of the communities in the Sertão São Francisco, semi-arid region of Bahia. It is observed that the cooperative has developed in a positive way and has benefited the agents involved. The partnerships built over time have collaborated economically, adding value to the processes and also strengthening family

farming, thus enabling a sustainable development for the regions served.

KEYWORDS: Sustainable Development, Family Agriculture and Living with the semi-arid.

INTRODUÇÃO

A Cooperativa Agropecuária Familiar de Canudos, Uauá e Curaçá – COOPERCUC, convive com o semiárido visando uma produção ecologicamente correta em favor da preservação do bioma caatinga, atuando de modo economicamente viável e socialmente justa e solidária, contribuindo assim, para o desenvolvimento de comunidades localizadas nos municípios de Canudos, Uauá e Curaçá, no Território do Sertão do São Francisco, região semiárida da Bahia.

Com cerca de 200 cooperados, formada por agricultores familiares, em sua maioria mulheres, nasceu das bases dos movimentos sociais, mutirões, missões, grupos de catequeses e organizações não governamentais. Com uma ação inédita, no sentido de desenvolver a utilização de produtos nativos da caatinga, especialmente o umbu e o maracujá da caatinga (COOPERCUC, 2016).

Constituída em junho de 2004, tendo como base o consumo consciente, comércio justo e a economia solidária, tornou-se de grande relevância para o desenvolvimento sustentável do Semiárido. Fortalecida pela parceria comercial baseada na transparência e respeito com atores internacionais, a COOPERCUC participa intensamente do mercado justo internacional, chamado também de Fair Trade. O Comércio Justo ou Fair Trade é uma modalidade de certificação internacional que pretende criar alternativas para atual forma de comercialização baseado no modelo econômico capitalista. Esse método tem como objetivo garantir a ‘não exploração’ dos produtores, consumidores e meio ambiente, como também, gerar uma melhoria nas relações comerciais entre produtores de países subdesenvolvidos do hemisfério sul e consumidores solidários do hemisfério norte. (BECCHETTI, 2002).

Os consumidores finais não compram produtos de Comércio Justo por simples caridade, e sim porque optam por produtos que, além da boa qualidade, agregam valor social. Comprar produtos de Comércio Justo é um estilo de vida de quem acredita que outro mundo é possível, mas, ao mesmo tempo, não abre mão da qualidade a que está acostumado (SEBRAE NACIONAL, 2016).

Em 2009, 50% da produção foi vendida para o governo federal, através do Programa de Aquisição de Alimentos - PAA, operacionalizado pela Companhia Nacional do Abastecimento - CONAB; 25% ao mercado internacional (França, Áustria e Itália); e 25% ao mercado nacional. Hoje, a Cooperativa tem certificação extrativista, orgânica e Fair Trade. Cerca de 250 famílias são beneficiadas pelo trabalho, gerando uma melhoria na renda em torno de 30% (ASA, CENSO 2010).

O trabalho da Cooperativa é referência regional, nacional e internacional. Sua experiência demonstra que a economia solidária acontece pautando um jeito

diferente de produzir, vender, comprar, sem explorar, sem destruir o meio ambiente. A economia solidária é mera resposta à incapacidade do capitalismo de integrar em sua economia todos os membros da sociedade desejosos e necessitados de trabalhar (SINGER, 2002). Nesse sentido, o objetivo deste estudo é descrever o contexto de desenvolvimento sustentável da COOPERCUC, tendo como objeto de estudo o impacto social transformador da cooperativa e a sua convivência com o semiárido.

CONTEXTO HISTÓRICO

A COOPERCUC desde o seu início, no final da década de 80, tem como objetivo promover a participação de mulheres do local e aproximar a comunidade em torno do processamento de frutas, com o intuito de gerar emprego e renda. As iniciativas de associativismo e cooperativismo tem permitido aos associados o enfrentamento das diferenças e promoção do desenvolvimento local, e assim, tem possibilitado uma troca de experiências e de convivência entre as pessoas constituindo assim, em oportunidade de crescimento e desenvolvimento.

Para Dovers e Handmer (1992), sustentabilidade é a capacidade de um sistema humano, natural ou misto resistir ou se adaptar à mudança endógena ou exógena por tempo indeterminado. Essa relação do homem, convivendo em harmonia com a natureza, para Begon, Townsend e Harper (2007) significa algo que possa ser repetido em um futuro previsível, o que se enquadra nesse contexto de associativismo e cooperativismo da COOPERCUC e sua relação de desenvolvimento sustentável.

Um longo caminho foi percorrido até os dias atuais, os números apresentam a evolução de um trabalho sério e que traz na bagagem, um valor social indiscutível. Atualmente, a COOPERCUC, possui 16 mini fábricas nas comunidades em três municípios, com uma fábrica central no município de Uauá – BA o que representa uma maior qualidade e o aumento do volume produzido pelos grupos.

Sua capacidade consolidada de produção é de 200 toneladas de doces por ano, em virtude da atuação de 271 associados nas 18 comunidades, beneficiando e processando os frutos da região. A estrutura comercial e produtiva consolidada vem conseguindo agregar ao sabor e qualidade de seus produtos dando visibilidade à proposta de produção e, sobretudo, melhorando as condições de vida de centenas de famílias destas regiões.

De acordo com os dados do Censo Agropecuário (2006), são mais de quatro milhões e 360 mil estabelecimentos da agricultura familiar no Brasil, o que representa 84,4% dos estabelecimentos rurais brasileiros. Quanto à mão-de-obra empregada nessas unidades, há 12,3 milhões de pessoas trabalhando na agricultura familiar, o que corresponde a 74,4% do pessoal ocupado no total dos estabelecimentos agropecuários (IBGE, 2006).

Nessa perspectiva a COOPERCUC tem uma importante participação no

crescimento econômico e social baseado nos princípios da convivência com o semiárido e apresenta característica multifuncional, que compreende a segurança alimentar e nutricional, a função social e a função econômica.

A função social da agricultura familiar é reconhecida por alguns fatores como a preservação de tradições alimentares da região e na forma da produção, mantendo a simplicidade do meio rural e às tradições culturais do seu povo.

Essa mudança na estrutura social é algo inovador, e remete à ideia de preocupação com a melhoria nas condições de vida e a preservação da biodiversidade a partir do estímulo da agricultura orgânica familiar e a preservação do Umbuzeiro, e também a preservação da própria Caatinga, bioma que sofre com a degradação e a ameaça de desertificação

A principal matéria-prima, o umbu, é proveniente do Umbuzeiro, e a colheita do umbu é uma atividade não só econômica, mas também cultural, que perpassa gerações e gerações, uma tradição enraizada nas famílias locais, oferecendo todos os anos, uma oportunidade de renda garantida nos períodos da safra da região.

Nesse sentido, é importante, à participação dos associados nas decisões políticas que promoverem a conservação do solo, gerenciar os recursos naturais de modo sustentável e preservar a biodiversidade com condições de manejo e de pós-colheita adequados, é um modo de apoiar um projeto que garante o desenvolvimento sustentável dessa cultura. Segundo Ruscheinsky (2004) sustentabilidade é um termo que tem origem na agricultura, sendo uma palavra dinâmica, visa manter a capacidade de reposição de uma população, isto é, manter a biodiversidade sem perdas para o funcionamento do sistema.

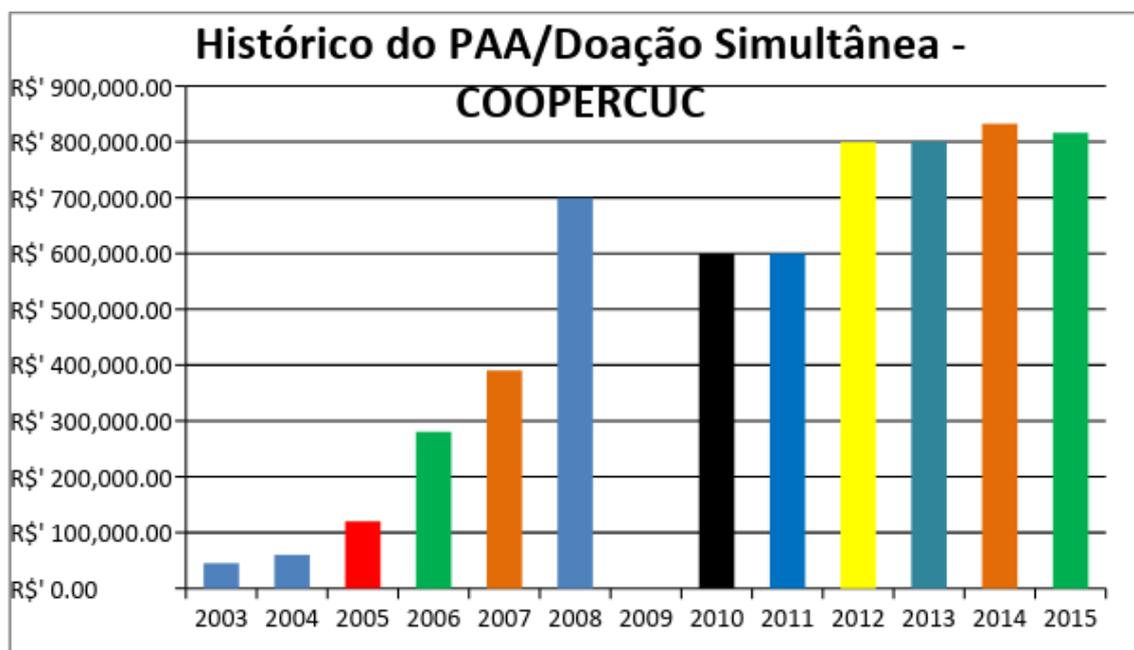
E para alavancar as oportunidades, existe um amplo mercado interno e externo a ser explorado e que atualmente ainda está muito restrito na região Nordeste, onde os frutos são bastante usados na culinária local. Segundo dados da IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) o estado da Bahia tem 88% da produção Nacional.

A partir da obtenção do selo Flo Fair Trade, possibilitou a cooperativa a ampliação do mercado de comércio justo, e também, a Certificação Orgânica, trouxe outros benefícios aos seus membros, seja com acesso as vendas institucionais através de programas como o PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar) e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) da Conab (Companhia Nacional de Abastecimento) compra produtos alimentícios diretamente dos agricultores familiares, ou suas organizações, com a dispensa de licitação.

A cooperativa tem agregado valor a marca e trabalhado parcerias com importantes instituições na perspectiva de estabelecer novos negócios e garantir a conquista de novos mercados, dispondo de diversificados produtos como doces cremosos, de corte, light, sucos, geléias, compotas e polpas, que compõem a linha GRAVETEIRO. Essas estratégias possibilitaram a COOPERCUC trabalhar com grandes redes como o Pão de Açúcar e WalMart e ainda a exportação de outros produtos para a França (2005) e Áustria (2008).

Esse conjunto de mudanças na vida dessas famílias associadas, na forma de pensar e de agir, e acima de tudo no espírito de preservação do Umbuzeiro e do bioma Caatinga, tem contribuindo para estreitamento da relação de pertencimento local.

No tocante aos dados sobre comercialização dos produtos desenvolvidos pela Cooperativa (COOPERCUC), os valores obtidos em atividades comerciais com o governo federal através do Programa de Aquisição de Alimentos - PAA, operacionalizado pela Companhia Nacional do Abastecimento – CONAB, obtiveram maior destaque em valores faturados através da comercialização.



O Gráfico 01 abaixo comprova esses números.

Fonte: COOPERCUC, 2016.

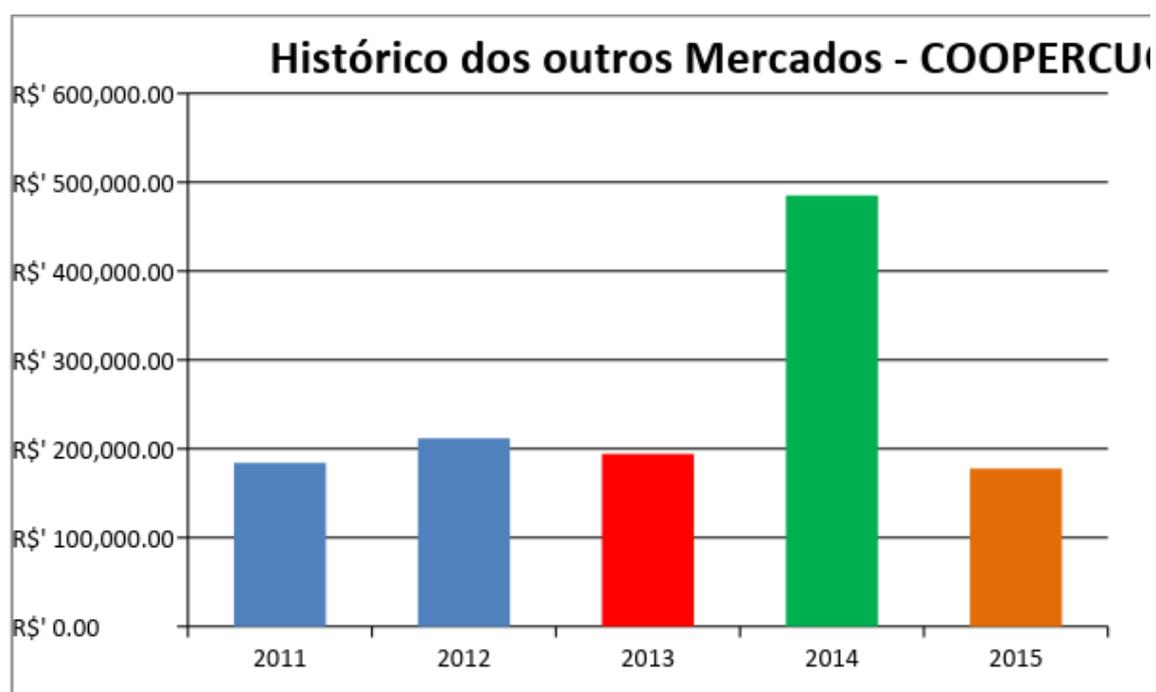
No ano de 2003, antes mesmo de sua constituição legal, a COOPERCUC conseguiu contabilizar um valor aproximado de R\$45.000,00 (Quarenta e cinco mil reais) junto ao programa (PAA). No ano seguinte (2004), com a cooperativa devidamente constituída, tiveram um aumento de 33,33% chegando assim a registrar R\$60.000,00 (Sessenta mil reais) na comercialização com o programa. Em 2005, nota-se um aumento superior ao observado entre o período 2003-2004. Em percentual, este acréscimo foi de 100% em relação ao ano anterior chegando então a um volume de R\$120.000,00 (cento e vinte mil reais).

Constituída em junho de 2004, sua atuação é de grande relevância para o desenvolvimento sustentável do Semiárido. Para uma compreensão do significado do termo consumo consciente, já se observa de antemão que o termo consciente procura diferenciar a forma de consumo atual de uma nova forma de consumo, o que significa, portanto, que a forma de consumir até então não se deu dentro de padrões consciente (FAJARDO, 2010). Formada por agricultores e agricultoras familiares nasceu das bases dos movimentos sociais, mutirões, missões, grupos de catequeses e organizações

não governamentais. Com uma ação inédita, no sentido de internacionalizar produtos nativos da caatinga, especialmente o umbu e o maracujá da caatinga.

No ano de 2006, chegou-se a um valor de comercialização de R\$280.000,00 (duzentos e oitenta mil reais) e em 2007, R\$390.000,00 (trezentos e noventa mil), sendo os percentuais de crescimento em relação ao período anterior respectivamente 133,33% e 39,29%. No ano de 2008 o volume comercializado chegou a R\$700.000,00 (setecentos mil reais), elevando a comercialização dos produtos da Cooperativa a um patamar, acima de R\$500.000,00 (quinhentos mil reais) que se sustentou até o ano de 2015. Em 2009 por motivos internos, não houve o registro dos dados referente a comercialização através do PAA. Em 2010 e 2011 os valores se estabilizaram na casa dos R\$600.000,00 (seiscentos mil reais). Nos anos de 2012 e 2013 obtiveram valores aproximados de R\$800.000,00 (oitocentos mil reais), sendo o aumento percentual de 33,33% entre o ano de 2011 e 2012, estabilizado na relação 2012-2013. Já no ano de 2014 foram comercializados R\$832.000,00 (oitocentos e trinta e dois mil reais), que em comparação ao período anterior, houve um aumento de apenas 4%. E no último não registrado, 2015, a Cooperativa obteve uma queda no volume comercializado em relação a 2014.

O Gráfico 02 representa a relação de comercialização dos produtos com os outros mercados. No ano de 2012 houve um aumento de 15,17% na comercialização externa, chegando a R\$211.906,91. Em 2013 foi registrada uma queda de 8,39% em relação ao ano anterior. Já em 2014 o valor comercializado com outros mercados foi de R\$485.293,08, um aumento bastante considerável de 150%. E por fim, em 2015, o ano termina com uma queda no volume comercializado em torno de 63,35%.



Fonte: COOPERCUC, 2016.



Área Geográfica de atuação da COOPERCUC.

Fonte: COOPERCUC, 2016.

O EMPODERAMENTO FEMININO NO CAMPO

O Empoderamento das mulheres e a promoção da igualdade de gênero nas diversas áreas, inclusive, econômicas e sociais, garantem a real força da economia, incentiva os negócios, melhora a condição de vida de mulheres, homens, crianças, e promove o desenvolvimento sustentável (ONU Mulheres, 2011). Baseada nessa visão de empoderamento feminino e de convivência com o semiárido que se iniciou os trabalhos da pastoral familiar, da igreja católica com as mulheres da Zona Rural de Uauá-BA, posteriormente, cresceu e junto com outras parcerias se tornou a

COOPERCUC como se conhece atualmente.

As mulheres trabalhadoras do campo desenvolveram, mesmo sem conhecimento teórico, um trabalho comunitário de cunho político organizativo. De acordo com Singer (2002), as cooperativas de produção são associações de trabalhadores, inclusive administradores, planejadores, técnicos etc., que visam produzir bens ou serviços a serem vendidos em mercados. Esse modelo de cooperativismo, segundo o autor, é o exemplo de empresa solidária, em que se pratica a autogestão, potencialmente, voltada ao desenvolvimento humano de seus praticantes. Dessa forma, participar das discussões e decisões do coletivo, ao qual se está associado, educa e conscientiza, tornando a pessoa mais realizada, autoconfiante e segura.

Castro e Rodrigues (2014, p.40) ressaltam que:

As cooperativas são agentes indispensáveis para a integração do setor produtivo ao mercado, pois desempenham papel fomentador do desenvolvimento econômico pela mediação e articulação que exercem entre os diferentes atores econômicos, sendo os principais braços desta integração. A cooperação vem recebendo atenção como alternativa para provocar quando não potencializar o desenvolvimento econômico e social dos países, além de apresentar-se um mecanismo capaz de expandir a competitividade das empresas.

Tal perspectiva de cooperação busca assegurar autonomia de cada cooperado (a) no processo de produção como um todo, possibilitando a comercialização, padronização do uso da marca, aquisição de insumos, fornecimento de documentos, entre outras funções. Pesquisas realizadas em cooperativas de agricultores familiares da Região Sul de Santa Catarina evidenciam a crescente participação de mulheres como cooperadas (Estevam, Lazarini & Kulkamp, 2011).

Conforme Medeiros (1989) apud Barros (2005), a imagem do homem do campo é uma visão construída pelos vencedores do processo histórico. Durante muito tempo pensou-se o trabalhador rural como passivo, submisso, cordato e incapaz de formular seus próprios interesses e de lutar por eles. Entretanto, a partir da segunda metade dos anos 50 e início de 1960, os trabalhadores rurais entraram na cena política brasileira, como sujeitos políticos coletivos, originando os movimentos sociais rurais. E como todos os movimentos e lutas sociais no campo, os trabalhadores rurais tem participado como esposas, mães, assalariadas, sem-terra, seringueiras, canavieiras e sindicalistas.

A partir desse momento, a mulher que sempre trabalhou na produção agrícola, aumenta também sua participação nas lutas travadas pela classe: nas campanhas salariais e nas greves; nas mobilizações dos pequenos agricultores; na luta pelos serviços sociais de previdência e saúde; na luta por seu reconhecimento como trabalhadora e contra outras discriminações que a atingem mais diretamente. (Lima, 1992 apud Barros, 2005).

Para Melo (2009), atualmente a perspectiva feminista propõe uma abordagem multidisciplinar, desenhando um quadro geral do papel feminino na sociedade, recuperando aquelas atividades ignoradas na lógica do mundo capitalista.

Especificamente, o autor refere-se ao trabalho doméstico (em grande medida, ainda, desenvolvido por mulheres) e sua invisibilidade em relação ao que socialmente é considerado trabalho produtivo.

Nas últimas décadas, o crescimento da taxa de atividade das mulheres vem sendo acompanhado de outras estatísticas favoráveis à qualidade de vida feminina, como a redução da fecundidade e o aumento na esperança de vida e no nível educacional das mulheres. Essas transformações vêm sendo interpretado por alguns como um processo de empoderamento, pelo qual a submissão feminina estaria substituindo-se por condições sociais mais igualitárias entre homens e mulheres. (England, 1997, apud ITABORAÍ, 2003).

A visibilidade social e o reconhecimento do trabalho feminino demonstram formas de organização coletiva, investimentos na profissionalização das mulheres, (re) significação de saberes e afazeres, a organização de novas jornadas e divisão do trabalho na unidade de produção (Salvaro et al, 2014). Apesar da manutenção da tradicional divisão do trabalho doméstico entre mulheres, a participação como cooperada contribui para a desconstrução de normas, hierarquias e desigualdades de gênero, produzidas a partir da naturalização de características femininas e masculinas (Butler, 2003).

Há diversas indicações de que o trabalho remunerado ocupa cada vez mais uma parte importante da vida da mulher e vem crescentemente se profissionalizando e diversificando, embora permaneçam evidentes desigualdades por gênero no mercado de trabalho (Bruschini e Lombardi, 1999; Bruschini, 2000).

A identidade da mulher rural tem aportado-se, historicamente, no casamento, na maternidade, na família, no trabalho doméstico e na igreja. Através da realização de atividades próprias e relacionada a esses campos, é construída uma identidade para a mulher, que vai dar sentido a sua vida e a ela atribuir uma função social na família e junto aos grupos sociais de sua convivência. Mas essas identidades hegemônicas começam a ser questionadas por grupos de mulheres rurais que se organizam e realizam lutas públicas que parecem anunciar a emergência de novos sujeitos políticos. (ESMERALDO, 2008, P.1). É assim com as mulheres na COOPERCUC, que se tornou um modelo de sucesso não só pela sua política de convivência com a seca, comércio justo e solidário, mas também, pela ação efetiva e parceira de mais de 70% das mulheres que a compõem.

ASPECTOS METODOLÓGICOS

Utilizou-se abordagem qualitativa descritiva e exploratória. Segundo Minayo (2001) a pesquisa qualitativa trabalha com o universo de significados, motivos, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos a operacionalização

de variáveis. Seus objetos serão exploratórios e descritivos por possibilitarem a familiarização do problema pesquisado e ainda a descrição subjetiva da experiência vivida.

Para alcançar os objetivos propostos, foi adotada a técnica de abordagem única através da entrevista que de acordo com Kmetek Filho (2005), é a técnica em que o investigador se apresenta ao investigado e lhe formula perguntas com o objetivo de obtenção de dados que interessam a investigação, sendo assim, uma forma de interação social.

A coleta de dados aconteceu por meio de entrevista, com roteiro semiestruturado e foi realizado, no dia 06 de outubro de 2017, em visita técnica realizada na sede da Cooperativa em questão, com um funcionário da mesma, o Sr. José Rodrigues, Diretor Financeiro.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Na década de 80 e 90 houve um trabalho sócio religioso na formação de lideranças comunitárias realizado pela igreja católica através da pastoral rural que Segundo José Rodrigues - Diretor Financeiro da COOPERCUC, *“na década de 80/90, chegou aqui em Uauá umas irmãs freiras as pessoas chamavam assim, junto com a paróquia desenvolveram um trabalho de evangelização nessa comunidade, e também junto com esse trabalho levaram o trabalho de liderança comunitária pensando um pouco na questão do associativismo, e para que as pessoas pudessem encontrar caminhos de conquistar direitos que sempre foram negados [...]”*. A partir, deste trabalho iniciado surgiram outras ações com a colaboração da igreja e apoio das pastorais, nos outros municípios de Curaçá e Canudos.

Em 1994, foi realizado um trabalho sócio educativo pelo IRPAA. Durante esse período foi disponibilizado apoio técnico para desenvolvimento de um trabalho voltado para a convenção do semiárido no contexto de convivência apoiado pela comunidade europeia e outros parceiros Nacionais e Internacionais. Durante esse período, esse trabalho possibilitou a criação de pequenas unidades de trabalho coletivo, onde nasceu a ideia de beneficiar os frutos que existiam na comunidade, com treinamento e apoio às famílias envolvidas. De acordo com o diretor Financeiro da COOPERCUC, *“existia muito umbu e as famílias não sabiam aproveitar todos os recursos disponíveis”*.

No ano de 2003, surge um grupo constituído pelos três municípios Curaçá, Uauá e Canudos, composto por núcleos familiares que comercializam a produção que excedia, Segundo a COOPERCUC *“a produção ainda era bem rústica, as embalagens eram reaproveitadas, a exemplo do doce que era comercializado em embalagens de margarina. A partir desse cenário favorável a comercialização dos produtos produzidos, surgiu a ideia de se criar uma instituição que representasse essas comunidades e municípios, então, depois de muita discussão, a ideia de cooperativa começou a ser*

amadurecida e, no dia 28 de Junho de 2004, surgiu a COOPERCUC propriamente dita, juridicamente constituída, e também a construção da unidade de apoio em Uauá para apoio e sustentação dos grupos nas comunidades com a parceria de instituições internacionais, a exemplo da SlowFood. Em 2004, a cooperativa teve a oportunidade de participar de um encontro relacionado ao segmento alimentício na Itália e a partir, dessa visibilidade novos caminhos começaram a surgir”, completa José Rodrigues.

“Ainda em 2004 antes mesmo da COOPERCUC ser criada, as associações dos três municípios fizeram uma proposta de venda de produtos para a Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB, e então, foi constituído o primeiro contrato de venda de produtos para um programa de desenvolvimento do governo Federal. A partir, desse primeiro contrato as associações de cada município distribuíram os recursos, e tiveram a possibilidade de melhorarem seus produtos, inicialmente pelas embalagens”, reforça José Rodrigues.

“Em 2005 e 2006 Construiu-se e inaugurou-se 13 unidades de processamento de Umbu onde todas as comunidades rurais atendiam o mesmo padrão de boas práticas segundo determinação da vigilância. A partir dessa organização surgiu a primeira exportação de produtos do Umbu para a Europa /França, diz José Rodrigues. Em 2007 a COOPERCUC conseguiu a Certificação Orgânica para o mercado nacional (Chão Vivo) em que assegurou os produtos da cooperativa de acordo com a legislação socioeducativa e também a certificação para a exportação”, completa.

Em 2008 conseguiu a Certificação Orgânica Nacional e CE. E através da AESI a cooperativa conseguiu a Certificação Fairtrade - comércio solidário, e além da certificação a cooperativa teve a oportunidade de participar de capacitações relacionados ao segmento alimentício e também treinamentos sobre operacionalização do Programa de Aquisição de Alimentos - PAA, e então, logo após, tiveram a primeira exportação para a Áustria – EZA. Ainda no mesmo ano, foi lançada a marca comercial da COOPERCUC em parceria com o Sebrae- BA, onde a instituição desenvolveu a consultoria e construiu em parceria com a cooperativa a marca “Graveteiro”, cita José Rodrigues.

O entrevistado ainda contribui, afirmando que “em 2009 foi o ano das parcerias – ATRIUM, ABIS, SN, Empório Chiappetta, e em 2010 surgiu grandes perspectivas em relação ao desenvolvimento de novos produtos (caldas para sorvetes, frutas secas, polpas integrais) e também produtos nativos da região, como o maracujá da caatinga, nesse momento os agentes envolvidos no processo de criação de novos produtos se deram conta da importância do fruto nativo e seu beneficiamento”.

“No ano de 2011 houve a diversificação da produção para atender demanda do PNAE/AF, a cooperativa conseguiu incluir produtos da agricultura familiar como o feijão na merenda escolar a partir do contrato feito com o governo Federal. No ano 2012 fez a aquisição de dois caminhões, uma empacotadeira de grãos e seis fornos de casa de farinha .Em 2013 iniciou a venda em grande escala de feijão e farinha para PNAE Salvador e CONAB”, explica o Diretor.

“Em 2014 a COOPERCUC atingiu grandes perspectivas para exportação de polpa de Umbu. Em 2015 foi Lançado a Cerveja no Festival do umbu realizado pela COOPERCUC em Uauá- BA, esse evento possibilitou o desenvolvimento de novas parcerias e o fortalecimento da agricultura familiar na região e fora, e as Trufas de Geleias de Umbu e Maracujá da caatinga, vendidas para a empresa Cacau Show”, finaliza José Rodrigues, e complementa que “Associações de Fundo de Pasto, são em sua maioria de Canudos. Já se pensa em uma demarcação geográfica nas cidades para obter a certificação as áreas de fundo de pasto na região.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo teve como objetivo descrever o contexto de desenvolvimento sustentável da COOPERCUC, tendo como objeto de estudo o impacto social transformador da cooperativa e a sua convivência com o semiárido, com o intuito de proporcionar um maior entendimento em relação aos termos Sustentabilidade, Empreendedorismo, Empoderamento feminino e sua importância para a criação e permanências das famílias no campo. Estes termos fazem parte de um conjunto de novas diretrizes para o crescimento sustentável e competitivo e merecem maior atenção em novos estudos.

Observa-se que a Cooperativa tem beneficiado os agentes envolvidos (os cooperados e meio ambiente) quando explora de modo responsável os frutos nativos da região, dessa forma, têm possibilitado o desenvolvimento da agricultura familiar de maneira responsável e sustentável, sem esquecer o empoderamento da mulher empreendedora que corresponde a 70% dos cooperados da COOPERCUC.

É possível concluir, diante do exposto, que o desenvolvimento de dinâmicas sociais e econômicas no semiárido é de fundamental importância para o sustento do sertanejo e a permanência do mesmo no seu território, com práticas sustentáveis. Com o apoio do Estado e de organismos internacionais a COOPERCUC, é pioneira no modelo de negócio e produção sustentável, através do beneficiamento e comercialização de frutos nativos da caatinga do sertão nordestino, especialmente o umbu e o maracujá da caatinga, dentro dos princípios da economia solidária e do comércio justo.

Importante citar que a relação com esses parceiros internacionais não se dá somente através da comercialização e distribuição dos produtos acabados, mas também, ocorre o reconhecimento das boas práticas, que proporcionou, por exemplo, o financiamento de parte da estrutura das novas instalações da fábrica, a parceria com a empresa de Francesa L’Occitane que desenvolveu uma linha de cosméticos através da matéria prima fornecida pela cooperativa, o Mandacaru, planta nativa do Brasil, disseminada no Semiárido do Nordeste.

A COOPERCUC, tem sido modelo de gestão empreendedora e desenvolvimento sustentável. No Nordeste, hoje, é referência na gestão cooperativista, e por conta

deste contexto, tem se inserido internacionalmente atraindo a atenção de organismos internacionais, a exemplo do movimento Slow Food e do Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (FIDA). É primordial a importância de exemplos como esse, de atividades econômicas e sociais, que se desenvolvam de modo autônomo e gerem resultados positivos para os seus agentes.

REFERÊNCIAS

ASA. Articulação Semiárido Brasileiro. Disponível em: <<http://www.asabrasil.org.br/>> Acesso em: 13 abr. 2017.

BATISTA, Ieda; ALBUQUERQUE, Carlos Sandro; Desenvolvimento Sustentável: Novos Rumos para humanidade. **Revista Eletrônica Aboré Publicação da Escola Superior de Artes e Turismo** - ISSN 1980-6930 Edição 2007.

BAPTISTA, Naidison; CAMPOS, Carlos Humberto. Possibilidades de construção de um modelo sustentável de desenvolvimento no Semiárido. In: CONTI, I. L.; SCHROEDER, E. O. (Org.). **Convivência com o semiárido brasileiro: autonomia e protagonismo social**. Brasília: Editora IABS, 2013.

BECCHETTI, Leonardo.; ADRIANI Fabrizio. Fair Trade: A 'Third Generation Welfare' Mechanism to make Globalization Sustainable, **Centre of International Studies on Economic Growth**, Rome, 2002.

BEGON, Michael et al. **Ecologia de indivíduos a ecossistemas**. 4 ed. Porto Alegre: Artmed, 2007.

BRUYNE, Pete de el at., M. **Dinâmica da pesquisa em ciências sociais: os pólos da prática metodológica**. Rio de Janeiro: F. Alves, 1977.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CONAB – Companhia Nacional de Abastecimento; *Conjuntura Mensal: Umbu*. Período 01 a 30/01/2017 Disponível em: <<http://www.conab.gov.br/>> Acesso em: 12 abr. 2017.

COOPERCUC. Cooperativa Agropecuária Familiar de Canudos, Uauá e Curaçá. Disponível em: <<http://www.COOPERCUC.com.br/>> Acesso em: 20 out. 2017.

CORDEIRO, Danilo L. Reinvenção dos movimentos sociais no Semiárido brasileiro: o caso do P1MC. In: CONTI, I. L.; SCHROEDER, E. O. (Orgs.). **Convivência com o semiárido brasileiro: autonomia e protagonismo social**. Brasília: Editora IABS, p. 2015-2016, 2013.

DOVERS, Stephen; HANDMER, John. Uncertainty, sustainability and change. **Global Environmental Change**, v.2, n.4, p.262-276, 1992.

ENCONTRO NACIONAL DE ARTICULAÇÃO NO SEMIÁRIDO BRASILEIRO. COOPERCUC – Cooperativa é referência internacional. Disponível em: <https://7enconasa.wordpress.com/2010/02/23/COOPERCUC-cooperativa-e-referencia-internacional/>> Acesso em: 13 abr. 2017.

ESMERALDO, Gema.Galgani. Movimentos Sociais, Participação e Democracia. **Anais do II Seminário Nacional**, 25 a 27 abr. 2007, UFSC, Florianópolis, Brasil.

FAJARDO, Elias. **Consumo consciente, comércio justo: conhecimento e cidadania como fatores econômicos**. Rio de Janeiro: Senac Nacional, 2010.

FLICK, Uwe. **Uma introdução à pesquisa qualitativa**. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2004.

FUNDAÇÃO CTI/NE. Disponível em: <<http://www.ctinordestedobrasil.com.br/poligono.html>> Acesso em: 13 abr. 2017.

GENTILE, Chiara.; BURGOS, Andres. COOPERCUC: percursos de valorização dos recursos locais e de convivência com o Semiárido. **Sustentabilidade em Debate** - Brasília, v. 7, Edição Especial, p. 136-151, dez/2016.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

GODOY, Arilda Schmidt. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. **Revista de Administração de Empresas da EAESP/FGV**, São Paulo, v. 35, n. 2, mar./abr. 1995.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/>> Acesso em: 20 out. 2017.

ITABORAÍ, Nathalie Reis. Trabalho feminino e mudanças na família no Brasil (1984-1996): explorando relações. **R. bras. Est. Pop.**, Campinas, v. 20, n. 2, p. 157-176, jul./dez. 2003.

KAPLAN, Robert. S.; NORTON, David. P. **A estratégia em ação** – Balanced Scorecard, 17. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

KMETEUK FILHO, Osmir. **Pesquisa e análise estatística**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 2005.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. 10 ed. São Paulo: Hucitec, 2007.

MIRANDA, Claudio.; TIBURCIO, Breno. (Org.) **A nova cara da pobreza rural**: desenvolvimento e a questão regional. (Série desenvolvimento rural sustentável, v. 17). Brasília, IICA. 2013.

PORTER, Michel E. **Estratégia competitiva**: técnicas para análise de indústrias e da concorrência. Rio de Janeiro: Campus, 1986.

RABELO, Laudemira, LIMA, Patrícia., Indicadores de Sustentabilidade: a possibilidade de mensuração de desenvolvimento sustentável. **Revista Eletrônica do Prodema**. UFC – Fortaleza - (ISSN 2179-6807) 2007.

RIBEIRO, Kleber.A.,et.al. Associação e o fortalecimento da agricultura familiar: Um olhar sobre brasileira, uma comunidade remanescente de quilombo. Universidade Estadual de Montes Claros - **Revista Desenvolvimento Social**. No 20/01 (ISSN 2179-6807), 2017.

RUSCHEINSKY, Aloísio. **Sustentabilidade**: uma paixão em movimento. Porto Alegre. Sulina 2004.

SALVARO, Giovana Ilka Jacinto; ESTEVAM, Dimas de Oliveira; FELIPE Daiane Fernandes. Mulheres em Cooperativas Rurais Virtuais: Reflexões Sobre Gênero e Subjetividade. **Revista Psicologia: Ciência e Profissão**, 2014, 34 (2), 390-405.

SEBRAE NACIONAL. Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas. Disponível em: <<http://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae>> Acesso em: 12 out. 2017.

SINGER, Paul. **Introdução à Economia Solidária**. SP: Fundação Perseu Abramo, 2002.

SOARES, Guido Fernando. **Curso de direito internacional público**. São Paulo: Atlas, 2004. Vol. 1.

TRICHES, Rozane, et al. Demanda de produtos da agricultura familiar e condicionantes para a aquisição de produtos orgânicos e agroecológicos pela alimentação escolar no sudoeste do estado do Paraná. **Revista Nera** – ANO 19, N.º. 31– ISSN: 1806-6755 – Nov.de 2016

YIN, Robert. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

SOBRE O ORGANIZADOR

CLAYTON ROBSON MOREIRA DA SILVA Professor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí (IFPI). Doutorando em Administração e Controladoria pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Mestre em Administração e Controladoria pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Possui MBA em Gestão em Finanças, Controladoria e Auditoria pelo Centro Universitário INTA (UNINTA). Bacharel em Ciências Contábeis pela Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA).

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-316-3

